



# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### Nº 2, DE 1999

*Dispõe sobre a comercialização de hemoderivados.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O § 4º do art. 199 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 199 .....*

*§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus componentes, sendo vedado todo tipo de comercialização."*

**Art. 2º** Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Desde que foi promulgada a Constituição de 1988, vivemos num estado permanente de descumprimento do que ela dispõe sobre a comercialização de hemoderivados.

Difícilmente encontraremos alguém, em nosso País, que – ainda hoje – defenda a comercialização de órgãos, tecidos ou sangue, uma vez que

prevalece, em nosso meio, a opinião de que essas doações são atos voluntários de solidariedade humana, ao mesmo tempo em que não existem razões de ordem técnica que apoiem esse comércio.

Em relação ao sangue – matéria deste Projeto de Emenda à Constituição –, a doação remunerada não é recomendada pelo risco elevado de transmissão de doenças infecciosas, mesmo que todos os procedimentos de triagem sejam adotados e executados com qualidade.

Concordam as autoridades na matéria – e esta é a recomendação da Organização Mundial da Saúde – que a doação voluntária não-remunerada é a forma mais confiável de obter estoques seguros de sangue. A vantagem da doação voluntária não-remunerada consiste em que, nesses casos, a doação não tem nenhum interesse extrínseco e normalmente se faz quando o doador se sente saudável, fornecendo, assim, sangue de boa qualidade. Em vista disso, a doação voluntária não-remunerada é, atualmente, a forma adotada pela maioria dos países. Se a doação é voluntária e não-remunerada, não se pode admitir a comercialização do sangue doado.

Em nosso País, adotam-se, hoje, a doação voluntária não-remunerada e a doação de reposição, estando a solução do problema da comercialização do sangue e seus componentes razoavelmente encaminhada. Os processos de coleta, processamento e transfusão de sangue estão, também, regulamentados tecnicamente.

O mesmo não ocorre com os hemoderivados, que consistem em cerca de vinte medicamentos obtidos a partir do plasma e produzidos por processos bioquímicos de alta tecnologia.

Poucas vezes o sangue total é utilizado como recurso terapêutico e apenas em situações em que existem hemorragias importantes, como nos casos de grandes acidentes e grandes cirurgias. Na maioria das vezes, o sangue doado é submetido à separação de seus componentes (hemácias, plaquetas, leucócitos e plasma) que – esses sim – são transfundidos conforme a necessidade do paciente.

Uma parte do plasma, no entanto, não é aproveitada em transfusões. Esse plasma excedente vê-se utilizado na produção dos hemoderivados, rotineiramente empregados em cinco campos da Medicina – Imunologia, Hemoterapia, Anestesia, Cuidados Intensivos e Nefrologia – numa grande quantidade de tratamentos.

A vida e a saúde de um alto número de brasileiros dependem desses medicamentos, entre eles os queimados, os politraumatizados, os que sofreram grandes cirurgias e necessitam receber albumina humana, e os portadores de algumas doenças infecciosas (como tétano, hepatites e raiva) que necessitam receber imunoglobulinas.

Outras pessoas – em número bem maior – precisam fazer uso contínuo desses medicamentos, a exemplo dos doentes renais crônicos, que necessitam receber albumina; dos hemofílicos, que necessitam receber fatores de coagulação; e dos portadores de determinadas doenças infecciosas ou imunodeficiências (como, por exemplo, as crianças com aids e os transplantados de medula óssea), que precisam receber imunoglobulinas.

Do conjunto de hemoderivados, o Brasil produz apenas albumina e em quantidades que cobrem não mais do que dez por cento das necessidades do

mercado. Noventa por cento da albumina humana consumida no País e a totalidade dos demais hemoderivados, são importados e comercializados, na sua maior parte por empresas multinacionais com filiais ou representantes no País, ou pelo Sistema da Cruz Vermelha Internacional. Ressalte-se que apenas uma indústria nacional e três bancos de sangue – os hemocentros de São Paulo, Brasília e Recife – produzem albumina humana, a partir do plasma excedente dos demais hemocentros e bancos de sangue nacionais.

A importação e o comércio do restante da albumina e os demais hemoderivados consumidos no Brasil movimentam recursos da ordem de duzentos milhões de dólares americanos por ano, sendo o principal comprador o Sistema Único de Saúde. Desse comércio depende a vida, por exemplo, de sete mil hemofílicos, que recebem, gratuitamente do SUS, uma média de 20.000 Unidades Internacionais de Fator VIII ao ano, cada um, custando aos cofres públicos o total de 42 milhões de dólares anualmente.

Se o Brasil pode vangloriar-se de sua auto-suficiência em sangue e componentes, não pode prescindir da importação e da comercialização de hemoderivados: fechar essa porta significa a morte de algumas dezenas de milhares de brasileiros em curto prazo. Vale dizer que o País nunca investiu na busca de sua auto-suficiência nessa área e, ainda que os investimentos necessários fossem imediatamente efetivados, amargariamos – no mínimo – cinco anos de dependência externa.

Até que atinjamos a tão desejada auto-suficiência, a vedação de “todo tipo de comercialização” de hemoderivados não encontra respaldo na realidade e põe em risco a vida e a saúde de dezenas de milhares de brasileiros.

, Presidente

Relator

~~M. H.~~  
Miss Guitier  
~~H. T. Munn~~  
M. L. Munn  
Vol. 10  
The Bellamy  
Liquor & Co.  
Bull City

---

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Título VIII - Da Ordem Social  
Capítulo II - Da Seguridade Social  
Seção II - Da Saúde  
(Art. 199)**

**Art. 199.** A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1.º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2.º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3.º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4.º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

.....

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 30-1-99